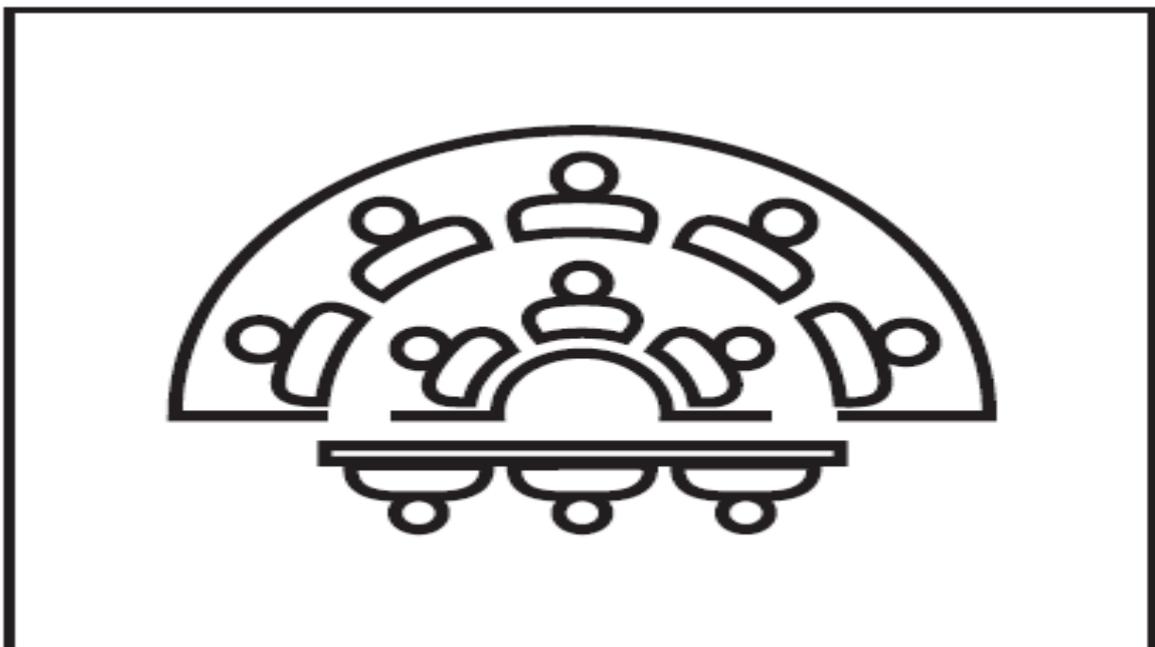




# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO**



**ACTA N.º 11**

**3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE  
27 DE JUNHO DE 2011**



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a **3.ª Sessão Ordinária de 2011** da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, tendo o seu início às **09h40m**, conforme **“Ordem de Trabalhos”** previamente estabelecida: -----

### I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

### II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. Apreciação da Actividade Municipal – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. -----
2. Suspensão Parcial do Plano Director Municipal (PDM) de Torre de Moncorvo, no Lugar de Estevais, Freguesia de Adeganha. -----
3. Desafecção de uma parcela de terreno com a área de 3.100 m<sup>2</sup> sita no Lugar de Lamelas – Carvalhal, do domínio público Municipal para o domínio privado do Município de Torre de Moncorvo. -----
4. Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Resíduos do Nordeste, EIM. -----
5. Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e a Junta de Freguesia de Lousa. -----

### III – Período de “Intervenção do Público”.

-----A presente Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Alberto Almada Guerra** e Secretariado pelos Membros **António Alves Salema** e **Beatriz da Luz Souza Fernandes**, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

-----O **Presidente da Mesa** deu início aos trabalhos cumprimentando todos os presentes, dando em seguida a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que este procedesse à chamada. -----

-----Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

Força Política	Membros	
<b>Partido Socialista</b>	FAUSTO EDMUNDO TIAGO	
	JOSÉ FRANCISCO MARTINS FEVEIREIRO	
	MARIA VITÓRIA ANDRADE LÁZARO	
	ANTÓNIO MANUEL FARIA SOTA	
	ISMAEL JOAQUIM FERREIRA	
	ALTINA DA GLÓRIA LOPES PINTO	
	LUÍS RICARDO REBOUTA MACEDO DA SILVA FERREIRA	
	ANTÓNIO DA CRUZ BARBOSA FILIPE	
	JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
	JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta de Freguesia de Cardanha
	JOSÉ MANUEL DOS SANTOS TEIXEIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
	ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta de Freguesia de Felgar
	LUÍS ANTÓNIO CARVALHO	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
	PAULO EVANGELISTA BENTO	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
	BAÍLIO MÁRIO LÁZARO	Presidente da Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos
ANTÓNIO MANUEL MIGUEL MENDES	Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Velha	
MARIA DE LURDES MANO PONTES	Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo	
AFONSO HENRIQUE ALGOA	Presidente da Junta de Freguesia de Urros	



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Força Política	Membros	
Coligação Eleitoral PPD/PSD-CDS/PP	JOÃO CARLOS EVANGELISTA	
	ORLANDO MIGUEL JORGE MESQUITA	
	LILIANA ANDREIA DE SOUSA BERNARDINO	
	ADALBERTO MANUEL CORDEIRO COVAS MIGUEL	
	VIVIANA SERRA CARDOSO LEONARDO TEIXEIRA	
	ANTÓNIO MANUEL CAPELA	
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE	
	LILIANA DE FÁTIMA FIDALGO FERNANDES	
	CARLOS ALBERTO D'ABREU FERREIRA MACHADO	
	GUILHERMINO ESTEVES SOARES	Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha
	MANUEL JOSÉ DINIS	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
FRANCISCO MANUEL TAVARES VARELA	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa	
LUÍS AMADEU GASPAR	Presidente da Junta de Freguesia de Maçores	

-----**Pedidos de Substituição:** Nos termos do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento da substituição nesta Sessão do membro *Nuno Manuel Martins Costa*, eleito na lista da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, pelo elemento que se segue na correspondente lista, Sr. **Hélder Alberto Pinto Ferreira**, por indisponibilidade do anterior elemento. -----

-----Também, e nos termos do n.º 1 alínea c) do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa informou que nesta Sessão: -----

- A Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras, Sra. *Maria do Rosário Patrício (PS)*, se fez substituir pelo Tesoureiro da citada Junta de Freguesia – Sr. **Adriano Luís Alves**. -----
- O Presidente da Junta de Freguesia de Castedo, Sr. *Armando da Cruz Ferreira (PS)*, se fez substituir pela Secretária da citada Junta de Freguesia – Sra. **Luísa Maria Pinto Ferreira**. -

-----Efectuada que foi a chamada verificou-se a ausência dos seguintes Membros: -----

- Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa – Sr. Altino Carlos Miranda Sá (**PS**); -----
- Presidente da Junta de Freguesia de Larinho – Sr. Manuel José Dinis (**Coligação PPD/PSD-CDS/PP**). -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** -----

-----A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta do Sr. Deputado Municipal Altino Carlos Miranda Sá. -----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estavam presentes: O Senhor Vice-Presidente da Autarquia, Eng.º José Aires, substituindo o Senhor Presidente da Câmara; os Senhores Vereadores em regime de permanência, Eng.ª Alexandra Sá e António Moreira; e o Senhor Vereador em regime de não permanência, Dr. Nuno Gonçalves. -----

-----De imediato deu-se início ao Ponto um da Ordem de Trabalhos. -----

----- **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**APROVAÇÃO DAS ACTAS:** Foram presentes para aprovação as Actas n.ºs. 9 e 10 relativas às Sessões realizadas nos dias 25/02/2011 e 18/04/2011, as quais foram remetidas a todos os Membros da Assembleia Municipal. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa informou que se iria proceder à aprovação da **Acta N.º 9 da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada a 25 de Fevereiro de 2011**, tendo questionado os membros presentes se tinham algum reparo a fazer em relação à Acta. -----

-----O Deputado Municipal Sr. **Carlos d'Abreu** solicitou que na acta em questão, na página 29, primeiro parágrafo, penúltima linha, na intervenção efectuada por si, se proceda à correcção da palavra onde se lê "terrorismo", deve ler-se "**telurismo**", o que foi tido em conta na redacção final da mesma. -----

-----Colocada à votação obteve os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	21	10	31
Abstenções	2	3	5
Votos Contra	0	0	0

-----Efectuada que foi a votação, a **Acta N.º 9 datada de 25 de Fevereiro de 2011**, foi **aprovada por maioria**, com a abstenção dos Srs. **Fausto Edmundo Tiago e Adriano Luís Alves (do PS) e Hélder Alberto Pinto Ferreira e Luís Amadeu Gaspar (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP)**, motivadas por ausência à respectiva Sessão. -----

-----Absteve-se, ainda, o Sr. **Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP)**. -----

-----Em seguida, procedeu-se à aprovação da **Acta N.º 10 da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada a 18 de Abril de 2011**, tendo o Presidente da Mesa questionado os membros presentes se tinham algum reparo a fazer em relação à Acta em questão. -----

-----Não havendo nenhum membro da Assembleia Municipal que desejasse usar da palavra, foi colocada à votação, tendo obtido os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	11	33
Abstenções	1	2	3
Votos Contra	0	0	0

-----Efectuada que foi a votação, a **Acta N.º 10 datada de 18 de Abril de 2011**, foi **aprovada por maioria**, com a abstenção dos Srs. **Adriano Luís Alves (do PS) e Hélder Alberto Pinto Ferreira (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP)**, motivadas por ausência à respectiva Sessão. -----

-----Absteve-se, ainda, o Sr. **Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP)**. -----

► **Entrou na sala o Sr. Manuel José Dinis** – Presidente da Junta de Freguesia de Larinho (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP). -----

-----Em seguida, o Primeiro Secretário Sr. António Alves Salema, deu conhecimento da correspondência entrada nos serviços da Assembleia Municipal, com o registo número oitenta e sete a noventa e oito, cujo mapa foi distribuído a todos os presentes, informando que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal: --



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Data	Remetente	Assunto
09/05	Dr. João Gomes de Carvalho	Resposta à Moção relacionada com o “Rastreio do Cancro da Mama”, aprovada na Sessão Ordinária da A.M. realizada a 18 de Abril de 2011.
10/05	Dr. António José Félix Salgado	Resposta à Moção relacionada com o “Rastreio do Cancro da Mama”, aprovada na Sessão Ordinária da A.M. realizada a 18 de Abril de 2011.
30/05	António Luís Carvalho Ventura Fonseca	Informação sobre caminho vicinal na Freguesia de Horta da Vilarça.
30/05	Assembleia de Freguesia de Peredo dos Castelhanos	Envia Certidão da Acta da Sessão realizada a 30/04/2011 e Moção relacionada com o “Rastreio do Cancro da Mama”.
07/06	Associação dos Deficientes das Forças Armadas (Delegação de Bragança)	Convite para o 36.º Aniversário, a realizar em Torre de Moncorvo.
20/06	Governador Civil do Distrito de Bragança	Apresentação de agradecimentos, na sequência do seu pedido de cessação de funções de Governador Civil.
22/06	Dr. António José Félix Salgado	Resposta à Moção relacionada com o “Rastreio do Cancro da Mama”.

-----Seguidamente, o Deputado **Orlando Mesquita** usou da palavra e disse: Na última reunião da Assembleia esteve aqui em discussão uma Moção cujo conteúdo penso já haver resposta por parte do Sr. Dr. Salgado, não tenho conhecimento mas presumo que seja exactamente um justificativo em resposta a essa Moção, e penso que devia ser lida essa resposta. Isto é a minha opinião. -----

-----**Presidente da Mesa:** Na circunstância, vamos distribuir logo que possível a resposta à Moção a todos os senhores Deputados. -----

► **Saiu da sala o Sr. Luís António Carvalho** – Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça (PS). -----

-----Em seguida, o Presidente da Mesa solicitou aos Membros presentes que desejassem usar da palavra sobre assuntos de interesse geral para o Município e que não estejam directamente relacionados com nenhum dos pontos da “Ordem de Trabalhos”, que procedessem à respectiva inscrição, lembrando que apenas dispõem de um único período para o fazerem. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os Srs. Deputados: -----

-----**Basílio Lázaro** (Presidente da Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos): Era também para solicitar ao Senhor Presidente da Mesa, se houvesse possibilidade de distribuir e/ou ler a resposta do Dr. João Gomes de Carvalho, do Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro, sobre a Moção referente ao Rastreio do Cancro da Mama. Obrigado. -----

-----**Hélder Ferreira:** Lamentavelmente, já não é a primeira vez que a documentação da Assembleia Municipal não chega aos senhores Deputados e, portanto, eu não tenho qualquer documentação desta reunião. Os meus colegas Deputados, eventualmente, poderão ter algum erro no *e-mail*, no meu caso não sucede porque eu tenho o *e-mail* da vereação, como sabem, e a documentação não me chegou, portanto, eu lamento e espero que não volte a acontecer. -----

-----E, já agora, em relação ao referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos, acho que tem de haver dualidade de critérios, portanto, se a informação do Sr. Dr. Salgado é para distribuir pelos senhores Deputados, da mesma forma deve ser distribuída a informação, então, do Sr. Dr. João Gomes de Carvalho. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Presidente da Mesa:** Relativamente à primeira parte da intervenção do Sr. Deputado, obviamente que não pode ser, é lamentável, e por conseguinte, vou de imediato tratar disto de uma vez por todas para que não se repita. -----

-----Eu não dei resposta sequencial à intervenção do Sr. Deputado Basílio, pela razão simples de deixar que todos os senhores Deputados interviessem, mas desde já digo que este documento, na sequência do que foi dito em relação à resposta do Dr. Salgado, vai ser distribuído pelos senhores Deputados e não há lugar já à leitura uma vez que passámos esse tempo, obviamente. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Deduzo então das palavras do Presidente da Mesa que este assunto vai ser tratado daqui a pouco ou durante a Sessão? -----

-----**Presidente da Mesa:** Não. À semelhança do que acontece com a resposta do Dr. Salgado, vai igualmente ser distribuído aos senhores Deputados este documento reportado pelo Sr. Deputado Basílio. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Mas aquando dessa distribuição vai haver lugar a discussão dos ditos documentos? -----

-----**Presidente da Mesa:** Não. Teremos que fazer isso numa outra Sessão, porque nesta fase em que entrámos, repare, nós temos que nos reportar ao nosso Regimento, no nosso Regimento o que consta basicamente é a apreciação e votação das actas que cumprimos, e depois a leitura resumida da correspondência que está disponível para os senhores Deputados lerem e acederem. Na circunstância, se porventura houver necessidade de se redistribuir ou distribuir um documento sê-lo-á para todos os senhores Deputados, podíamos eventualmente ter passado por uma apreciação ou por uma leitura em voz alta... enfim, não o fizemos, e por conseguinte, vamos distribuir, portanto, esse aspecto é ultrapassado. O que é que fica a seguir? Fica a discussão do período de “antes da ordem do dia”, em que os senhores Deputados apresentarão os assuntos que entenderem por convenientes sobre tais matérias de interesse a esta Assembleia, obviamente. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Pronto. Então deduzo que nós teremos oportunidade após a distribuição, mesmo que não seja nesta Sessão, de irmos a tratar o assunto. -----

-----**Presidente da Mesa:** Claro, o Sr. Deputado não está em circunstância nenhuma impedido em Sessões que se venham a realizar de voltar a esse assunto, obviamente. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Então, nessas circunstâncias, eu prescindindo da minha intervenção agora. -----

-----Passou-se, então, ao Ponto dois da Ordem de Trabalhos. -----

### II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### PONTO UM — APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----*Presente a informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, assim como a situação financeira do Município.* -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os Srs. Deputados: -----

-----**Altina Pinto:** Como já está adjudicada a empreitada do Centro Escolar, com as obras previstas para o início do próximo ano lectivo, gostaria de saber onde vão ficar os alunos do 1.º ciclo do ensino básico durante o próximo ano lectivo. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos d'Abreu:** Passando em revista o relatório de actividades que nos é apresentado pela Câmara Municipal, verifico que se vai adquirir um pavilhão na zona industrial, ou que já se adquiriu, aliás, para transferir para aí, digamos, as oficinas e os materiais que a Câmara Municipal tem na estação de Moncorvo, está implícito que essa acção vai conduzir à reabilitação do edifício da antiga estação ferroviária. -----

-----Ora, considerando que este ano se comemorará, em Setembro, o primeiro centenário da chegada do comboio a Moncorvo, e como eu lembrei aqui no ano passado, espero que essa efeméride não passe em claro, pergunto: este projecto de reabilitação tem a ver com essas comemorações? E, já agora, essa reabilitação do edifício ferroviário quanto vai custar? É certo que a estação ferroviária da Vila de Moncorvo é a única da antiga Linha do Sabor que se mantém mais ou menos intacta, porque está no meio da Vila, por um lado, e por outro lado, porque cedo a Câmara Municipal negociou com a REFER esse arrendamento. Mas, então, vamos intervir no edifício que não pertence ao Município, não é verdade? Primeira questão. ----

-----Depois, o relatório refere a seguir a adjudicação da empreitada do Centro Escolar. Ora, considerando que o relatório é demasiado sintético para poder ser apreendido devidamente pelo menos por mim, pergunto: Esta empreitada vai, digamos, aproveitar o edifício escolar que já existe, ou é uma construção de raiz? Se é reabilitação ou ampliação de algum pré-existente, qual é esse edifício, onde se localiza? -----

-----Depois refere-nos que entrou em funcionamento a 2 de Maio o Serviço de Atendimento Nocturno. Mas, Serviço de Atendimento Nocturno de que serviços? Não está cá, não sei que Serviço Nocturno é esse. -----

-----Ainda mais adiante, que foi assinado um protocolo de colaboração entre o Município e o Exército. Que protocolo é esse? De que consta esse protocolo? -----

-----Depois refere-nos o lançamento de uma Newsletter e Facebook do Município. Bom, que significam esses palavrões? É que a língua portuguesa é a minha Pátria, é essa que eu conheço melhor, ou que tenho mais facilidades de aprender, não tenho que divulgar as outras. Aliás, eu não sou adepto da cultura anglo-saxónica nem ela é para aqui chamada, quer dizer, nós temos que saber comunicar, fazer chegar a mensagem a toda a gente, não é com estes palavrões que se atinge o objectivo, penso eu. Gostaria que me explicasse o que é isso, da Newsletter e Facebook do Município. -----

-----Verifico, por fim, que a dívida do Município ascende a vinte milhões de euros. Tenho dito. -----

-----**Manuel José Dinis (Presidente da Junta de Freguesia de Larinho):** Dirijo-me ao Executivo pelas seguintes razões: Primeiro, na zona industrial já desde Sexta-feira que não há água; Sábado, tentei contactar o piquete através da via telefónica dos Bombeiros, foi-me respondido que a Câmara Municipal retirou os piquetes ao fim-de-semana, não sei a razão porquê. O que é certo, é que na zona industrial trabalha-se aos Sábados, está lá o mercado, há casas de banho, há quem tenha cães, por exemplo, como eu para beber essa água. Espero que reponham o piquete e que resolvam isso o mais rápido possível, porque se fosse uma Aldeia que estivesse sem água três dias, o Executivo com certeza que tinha aí alguém atrás deles. ----

-----Segundo, são os cães vadios que andam na zona industrial, já pedi várias vezes a intervenção da Sra. Dra. Veterinária, foi muito amável a primeira vez, não há dúvidas, pediu-me para a ajudar e ajudei-a, cacei uns dez cães: conclusão, a culpa também não foi dela, apareceram lá uns tantos senhores que se intitularam proprietários, não tinham licenciamento desses cães, prometeram vaciná-los e voltaram a largá-los. Dei conhecimento à Sra. Dra. Veterinária disso tudo: conclusão, nunca ninguém mais se preocupou em prender esses cães,



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isto dizem e disse muito bem a Sra. Dra. Veterinária que não tinha lugar para os colocar. Então, com o Canil Municipal tão grande que temos, não temos lugar para colocar os cães vadios, temporariamente? Claro, tornaram aquilo um hotel de luxo para uns vinte ou trinta senhores terem os seus cães a custo quase zero, e agora os proprietários e não só, quem queira passear na zona industrial tem que evitar, e dou-lhe um exemplo, as galinhas ali no Larinho é preciso estarem a guardá-las como quem guarda um rebanho de gado. Eu mesmo já fui afectado, pois tinha uma ovelhinha que era para o meu netinho de quatro anos brincar, e pensei, vou pô-la aqui na zona industrial, tenho lá umas parreiras, são para comer; à noite, os meus empregados esqueceram-se de a recolher; no outro dia, encontrámos umas ossadas fora com uma rede/muro de 2,20 m. Portanto, espero que tomem providências e que apanhem esses cães. -----

-----Roubos, então na zona industrial, eu mesmo já fui afectado, de uma vez roubaram-me dois transformadores no valor de 37.000,00€, como tinha seguro foi resolvido logo; de outra vez, roubaram-me um transformador já avariado mas com o cobre avaliado em 2.500,00€, e os roubos continuam. Eu uma vez chamei aqui a atenção do Senhor Presidente da Câmara e ele disse que isso era com as autoridades, com a GNR, eles é que têm que resolver esses problemas. Muito bem, eles passam por lá, o que é certo é que os ladrões vigiam a GNR e sabem qual é a altura própria para actuarem. A Câmara não foi afectada, recentemente, e o Sr. Vice-Presidente deve saber do assunto, porque já tinha entregado a expansão da zona industrial à EDP, nem a rede em carga atormentou os ladrões, chegaram lá e roubaram o cobre dos quadros em carga. Sorte da Câmara, a EDP é que tem que suportar essa perda. Não lamento nem tenho pena da EDP, mas o que é certo é que amanhã pode ser na outra parte, portanto, era bom que os proprietários que têm pavilhões, em conjunto com a ACIM e, é claro, suportando alguns encargos, criassem ali, digamos, dois postos de trabalho por via dos roubos. Obrigado. -----

-----**Guilhermino Soares (Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha):** Dirijo-me ao Executivo para pôr três questões: Vamos entrar na época dos incêndios mais uma vez, e mais ou menos há um ano atrás, levantei aqui a questão da limpeza das bermas da Estrada Municipal 611. Apesar de o problema ter sido levantado aqui neste digno espaço que é a Assembleia Municipal, não foi possível fazer nada visto que, tal como há um ano atrás, as bermas da EN 611 se encontravam assim continuam, com mais pasto, mais erva e, portanto, a necessitarem urgentemente de uma limpeza. Reforço que continuam os perigos eminentes, com o trânsito acrescido que aquela Estrada Municipal tem com a Barragem, muito facilmente se prevê que haja ali algum incêndio. -----

-----Uma outra questão, prende-se com a niveladora que apoia as freguesias na limpeza e arranjo dos caminhos vicinais. O ano passado, quando chegou a altura da freguesia de Adeganha poder ter à sua disposição a niveladora, pura e simplesmente o operador entrou de férias e não chegou a fazer trabalhos nenhuns na freguesia de Adeganha. Este ano, não sei se existe niveladora se não existe, gostaria de ter uma resposta no sentido se vai haver niveladora se não vai, e a freguesia de Adeganha, de facto, gostaria de ser tratada em pé de igualdade com as outras freguesias do Concelho e, portanto, também beneficiar deste serviço que é poder utilizar a niveladora para o arranjo dos caminhos vicinais na freguesia, e não são tão poucos quanto isso. -----

-----Terceira questão, penso que por esta altura já devia ter havido a vacinação dos canídeos, porque só com a vacinação é que será possível proceder aos respectivos licenciamentos e o próprio programa exige a vacinação para serem emitidas as licenças. Como



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até agora ainda não foram afixados editais, não chegou nenhuma informação, deixo essa pergunta ao Executivo. -----

-----*Seguidamente, foi dada a palavra ao Executivo para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** Efectivamente a Câmara Municipal adquiriu um pavilhão situado na zona industrial para a transferência do estaleiro municipal que actualmente ocupa a antiga estação de caminho-de-ferro da Vila. Os trabalhos de remoção do estaleiro terão início no próximo mês de Julho, permitindo assim o prolongamento da ecopista dentro da Vila e a requalificação do complexo ferroviário, obras que também já estão adjudicadas à firma Antero Paiva e, portanto, em Setembro, quando da comemoração do centenário da via ferroviária da linha do Sabor, se possa já utilizar o edifício da estação para essas comemorações. Esse é o objectivo da Autarquia. -----

-----Quanto à questão do edifício ser ou não da Autarquia, nós também já intervimos no edifício do Larinho e na ecopista e ambas as coisas não são do Município, fazem parte do protocolo que o Município tem com a REFER. -----

-----O protocolo entre o Município e o Exército é um protocolo em que colaboramos com o Exército, mas ao mesmo tempo colaboramos com os nossos jovens que podem aqui recolher informações que lhe podem ser úteis. Por outro lado, também achamos que as pessoas que já serviram o Exército e já serviram as Forças Armadas se quiserem tratar de um assunto militar também o podem fazer aqui. Através deste protocolo o Município passa a divulgar as condições de prestação de serviço militar em regime de voluntariado e em regime de contrato e passa a prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares na secção de Pessoal Taxas e Licenças, no que diz respeito a recenseamento militar, Dia da Defesa Nacional, certidões militares, segundas vias de cédulas militares, contagens de tempo de serviço, requerimento de pensão e reforma e outros requerimentos. -----

-----A questão do piquete. Efectivamente desde o início do ano que foi extinto o piquete, porque dentro das medidas de contenção do Município uma das medidas que fazia parte eram as horas extraordinárias. Não foi só o piquete, foram muitos trabalhadores da Câmara Municipal a quem foram reduzidas as horas de trabalho extras. Como sabem, o horário de trabalho dos funcionários do Município é de 35 horas semanais e é complicado sem horas extras poder colmatar algumas situações. É evidente que quando se trata de uma povoação tentamos resolver sempre o problema. Na zona industrial aconteceu, não devia ter acontecido, foi de uma sexta-feira para um sábado que a situação se pôs e houve dificuldade em contactar a pessoa responsável. De qualquer maneira, o que lhe posso garantir é que não volta a acontecer, porque mesmo não havendo horas extras, numa situação de emergência a pessoa tem que atender, se for necessário fazer horas extras fá-las e a Câmara Municipal depois tem que as assumir, tem é que seleccionar que horas extras são. É só essa a questão. Por isso, é que esta situação não devia ter acontecido. -----

-----Os cães da zona industrial. Infelizmente não é só na zona industrial, o Concelho está cheio de cães, o abandono de animais continua a ser uma realidade do nosso quotidiano. A Médica Veterinária Municipal todos os anos vacina 1150/1200 cães, nem se consegue saber bem a percentagem dos que vão à vacina dos que ficam por vacinar. Isso também tem a ver com uma questão cultural, enquanto essa questão não se resolver, que o povo português entenda que o relacionamento com os animais não pode ser bandos de cães, ou quando tem um cão tem que o tratar, não pode largá-lo na rua, está doente vai-te embora, quer dizer, a obrigação é do cidadão porque é uma questão cívica o relacionamento com os animais. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A gestão e funcionamento do Canil é da responsabilidade do Clube de Caça e Pesca de Torre de Moncorvo, devidamente protocolado com a Câmara Municipal, tendo lá uma parte – a tal jaula 8 (utilizada como Canil Municipal) – que é onde são recolhidos os cães vadios ou errantes e abandonados, onde permanecem durante oito dias úteis aguardar o seu proprietário, após este período e após avaliação veterinária podem ser seleccionados para adopção. Acontece que essa jaula também tem limitações de capacidade e às vezes não conseguimos pôr lá 10 cães quando há animais lá recolhidos, e o primeiro objectivo é que as pessoas os adoptem em vez de estar a abatê-los. Durante o ano de 2010 foram entregues para adopção 37 animais dos 79 que foram capturados nas ruas do Concelho. Cinco canídeos foram adoptados por pessoas residentes no Concelho e os restantes 32 foram entregues a uma associação alemã que tem uma parceria com o nosso Município. O trabalho desenvolvido tem permitido uma diminuição da taxa eutanásia, uma redução no crescimento populacional dos animais vadios e a sensibilização para o facto de que qualquer animal merece uma segunda oportunidade e ser bem tratado. -----

-----Agora, eu também não sabia que as ovelhas pastavam na zona industrial, levou uma, tudo bem. Em princípio, não era suposto a ovelha andar lá a pastar, mas andando a pastar sofreu as consequências dos cães vadios pelo que a Câmara Municipal aí não tem responsabilidade nenhuma, nem pelos cães vadios, nem pela sua ovelha. -----

-----A questão dos roubos na zona industrial é outra questão, não estejam à espera da Câmara Municipal, a Câmara Municipal neste momento é como o País, tem que reduzir aos encargos. Agora, os proprietários dos pavilhões conjuntamente com a Associação Comercial e Industrial de Moncorvo, da qual se calhar são sócios, podem criar um ou dois postos de trabalho e ter ali uns vigilantes, porque a GNR não resolve, não tem solução se não forem os próprios a tomar uma atitude. Como disse, também roubaram as placas de cobre mas já era da EDP. Isso está a ser investigado, não sei se algum dia irão encontrar essas placas de cobre. ---

-----Limpeza das bermas das estradas municipais. Eu aqui vou repetir novamente o que já disse noutras Assembleias atrás, o Município não tem condições nem meios humanos nem materiais para limpar as estradas todas do Concelho. Há aqui duas Juntas de Freguesia que já assinaram os protocolos, um é do Peredo dos Castelhanos que se mantém e faz a limpeza da estrada de Urros ao Pocinho, e outro é com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lousa, que vem à presente Sessão para aprovação. Caso outros Presidentes de Juntas de Freguesia estejam disponíveis, a Câmara Municipal está disponível para assinar os protocolos de forma a podermos resolver esta situação. -----

-----A motoniveladora está acabar o serviço no perímetro florestal da Serra do Reboredo, assim que acabar vai começar na Cabeça Boa que foi onde parou, depois vai à Adeganha, segue à Cardanha, e depois continuará o resto do trajecto. -----

-----A questão da vacinação dos canídeos compete à Direcção-Geral de Veterinária que todos os anos define uma data. O serviço é realizado pela Médica Veterinária Municipal que falou comigo há uns dias atrás e estranhou que a Direcção-Geral de Veterinária ainda não tenha marcado a data da campanha de vacinação, pelo que temos que dar mais algum tempo.

-----**Vereador António Moreira:** O Centro Escolar a base é o edifício da Escola Preparatória Visconde de Vila Maior que vai sofrer remodelações profundas. Onde vão ficar os alunos? O normal será ficarem em salas pré-fabricadas, e ficando em salas pré-fabricadas onde é que ficam é outra questão que se levanta e que está a ser estudada. Para nós, o melhor neste momento pelas soluções que nos foram apresentadas, era: 4 salas de aulas dos mais pequeninos ficarem junto da antiga Escola Primária e servirem-se ali da Cantina



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal; as outras 4 turmas dos maiorzitos ficarem no recinto da actual Escola Secundária e utilizarem também a Cantina da Escola Secundária. Na minha opinião, das soluções que estamos a estudar eu ainda não vi melhor do que esta, mas estamos a aprofundar isso. -----

-----Quanto ao Serviço de Atendimento Nocturno é aquele que tem a ver com o protocolo celebrado entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo, disponível das 22h00 até às 08h00, na Unidade de Cuidados Continuados, que permite o atendimento nocturno da população e a prestação de cuidados de saúde básicos, minimizando assim os efeitos do encerramento nocturno da Consulta Aberta, decretado em 2 de Fevereiro de 2011. --

-----Quanto à Newsletter e ao Facebook. À Newsletter talvez lhe chamemos carta de notícias; ao Facebook, cara de livro? Vamos ver. -----

### ----- 2.º Período de inscrições: -----

-----**Manuel José Dinis** (Presidente da Junta de Freguesia de Larinho): Com respeito aos roubos, para sua certeza, os industriais da zona industrial estão a preparar-se juntamente com a ACIM, e até convidar o Sr. Presidente da Câmara para estar presente, para criar dois postos de trabalho. Mas o que é certo, quer dizer, torna-se caro apoiar os industriais com dois vigilantes, e não se torna caro ter quatro/cinco guardas, permanentemente, a apoiar a associação de caçadores com cães enjaulados? Os cães estão enjaulados, porque é que estão a ser guardados 24 horas por dia, quando a criar dois postos de trabalho para vigilantes para a zona industrial eram só dez horas por noite? É muito diferente. Eu recorde-me que em 1983, estava previsto o edifício de apoio administrativo e de segurança na zona industrial, o terreno ainda existe ao lado da Feimelmev e, portanto, nem o edifício foi construído, nem se criaram condições nenhuma. Concordo plenamente que a Câmara Municipal lute com dificuldades, estamos em crise, mas se estamos em crise, não é com isso que eu fico satisfeito, ficava satisfeito se apoiassem e ajudassem, digamos assim, a pagar os dois vigilantes, mas, então, é começar a reduzir aos guardas no Canil, o guarda à noite dispensa-se. Muito obrigado. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Ora, passado em revista o que o relatório da Câmara Municipal ostenta, vamos agora às omissões do relatório. O relatório não refere, por exemplo, o projecto para o Pavilhão Multiusos, quer dizer, nós soubemos aqui aquando da análise das Contas de Gerência que foram pagos 250.000,00€ a um arquitecto para elaborar o projecto arquitectónico para a construção desse Multiusos. Como não vejo referências a ele, gostaria que me dissesse se vamos reconstruir o dito ou não, porque já se investiram 250.000,00€. -----

-----Depois, recorde a necessidade de se continuar atento à limpeza das bermas das estradas, assim como o arranjo do tapete de algumas vias que estão bastante degradadas. Referiu aqui há pouco dois protocolos existentes com as Juntas de Freguesia, um vai passar a sê-lo a partir desta Sessão, mas a mim parece-me que, neste momento, não há protocolo nenhum com as Juntas de Freguesia a esse nível, porque o protocolo com a Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos extinguiu-se no dia 31 de Dezembro de 2010, e pelo menos a esta Assembleia não foi apresentada a sua renovação. Portanto, não existe protocolo nenhum neste momento. -----

-----Relativamente ainda a este assunto, gostaria de perguntar para quando é que se decide recolocar as lombas na povoação de Maçores, é que nós tínhamos lá lombas, mas com o arranjo do tapete essas lombas foram retiradas já lá vai algum tempo e sabemos que, enfim, houve ali acidentes graves no passado e não queremos que se repitam. -----

-----Pergunto, como é que está a situação relativa ao empreendimento turístico da Cabeça Boa freguesia, entenda-se. Nós suspendemos aqui o PDM para esse efeito, toda a gente estava empolgada com o anúncio, enfim, desse projecto e com a sua localização e execução,



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas volvido este tempo todo eu nunca mais tive notícias. -----  
-----Gostaria de saber se a Câmara Municipal tem tido reuniões de acompanhamento com a empresa concessionária da prospecção mineira, porque eu reparei na imprensa regional, esta semana passada, que o Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo proferiu uma série de impropérios contra a possibilidade da reactivação das minas de ferro, porque isso iria inviabilizar o projecto do parque eólico, quer dizer, o Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo prefere continuar a fazer o jeito aos amigos edipistas e barragistas do que ajudar a promover a exploração mineira no nosso Concelho. O que é que é mais importante para a Câmara Municipal, até ouço e vejo para aí uma divisa há uns tempos a esta parte que é a alma do ferro. Bom, será a alma do Presidente que anda bastante oxidada quanto a este assunto. Não percebo, de facto, porquê estas críticas? Tomáramos nós, no passado lutámos para que as minas não encerrassem, que elas se reactivassem, porque tanto quanto eu sei os parques eólicos não dão emprego a ninguém, são geridos à distância. Agora, ainda sou desse tempo em que as minas empregavam milhares de trabalhadores, então, como é que se justifica que o Presidente da Câmara Municipal agora esteja tão aborrecido pelo facto da empresa ter concessionado a prospecção, e se faz prospecção é porque vê algumas possibilidades. Eu recorro que aqui nesta mesma sala, nos anos noventa, quando pela primeira vez nesta Assembleia Municipal se tratou do assunto dos aerogeradores e para os quais, enfim, todos nós não tínhamos informação, que havia uma empresa interessada em instalar os aerogeradores no coração do jazigo mineiro, e eu lembro-me de ter chamado a atenção que aí não era o sítio mais adequado, porque as minas estavam desactivadas naquele momento, como muitas vezes ao longo dos milhares de anos em que a mineração e a metalurgia se processa, mas isso não significaria ou não significava que no futuro as minas não voltassem a ser viáveis, o que parece que agora, enfim, pelo menos, o interesse na prospecção será um indício de que elas possam voltar a ser viáveis. -----  
-----Gostaria de saber se possuem um estudo de fundamentação do Serviço de Urgência Básica, porque a semana passada ou já na anterior decorreu aqui na Vila uma discussão para a criação de uma associação de defesa do Centro de Saúde, o que eu até acho curioso, porque tanto quanto sei, enfim, há vários meses que existe aqui uma comissão de utentes. Como é que está esse processo, há negociações entre a comissão de utentes para integrar a associação de utentes? Porquê essa duplicação para defender a mesma coisa? Quer dizer, isso poderá à primeira vista revelar que há desencontros nessa matéria, e a união faz a força. -  
-----Depois gostaria de perguntar à Câmara Municipal, se se preocupou em saber qual vai ser o destino do espólio arqueológico que tem vindo a ser exumado aqui na zona de influência da albufeira da Barragem. Nós sabemos que há uma equipa de arqueólogos, aliás, ela assim o exige e certamente, neste momento, já haverá uma quantidade considerável de espólio arqueológico. Algum, tanto quanto sei da pouca informação que aqui nos chega, ou melhor aqui não nos chega nenhuma, apesar de eu já ter proposto que nós enquanto parte interessada e representantes dos eleitores deveríamos acompanhar de mais perto esses trabalhos de desenvolvimento da execução do projecto hidroeléctrico. Aliás, já propus que pudéssemos, nós Assembleia Municipal solicitar uma visita guiada às instalações para *in loco*, enfim, apreendermos melhor o que por ali se tem vindo a fazer e a destruir diga-se em abono da verdade, mas se essa destruição implica pelo menos o registo do património que vai ser destruído, menos mal. Agora que destino vamos a dar a esse património, vamos deixá-lo fugir daqui? É que aquilo que a Câmara Municipal nos tem dito é que há ou houve negociações no sentido de se criar um Centro de Conservação da Natureza, etc., etc., mas nunca referiram o património arqueológico quando nós até temos um museu arqueológico na Vila e certamente



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que esse património iria enriquecer e muito, não só a antiguidade da história do Município, mas como também o próprio Museu, e o Museu promove o turismo. -----

-----Depois, gostaria de perguntar se alguma vez pensastes em condicionar o trânsito aqui na Rua Nova num só sentido. Eu acho que não faz sentido haver ali dois sentidos, pelas razões que todos conhecem e quem por ali passa sabe que até um veículo tem dificuldades em certas zonas, são muito atravancadas e, portanto, no meu humilde entender faria sentido condicionar apenas a um sentido aquela via. -----

-----Pergunto, para quando é que se empenham na sinalização da navegação aérea do heliporto, porque ela continua ausente e toda a gente sabe que há ali um grande espaço, a própria vedação do estádio localiza-se no topo norte por onde se faz a aterragem, e nós sabemos que o INEM já teve dificuldades ali nessas operações. -----

-----*Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** A Câmara Municipal não se põe de lado, o que eu queria dizer é que a iniciativa tem que partir dos industriais da zona industrial juntamente com a ACIM, e pôr a questão à Câmara Municipal para numa reunião ser discutido o assunto, e eu penso que aí o Executivo não se porá de fora dessa situação. -----

-----A questão do Canil ter muitos guardas ou não, é da responsabilidade do Clube de Caça e Pesca de Torre de Moncorvo, devidamente protocolado com a Câmara Municipal. -----

-----Quanto ao chamado pavilhão multiusos é Centro de Artes e Eventos, projecto que foi candidatado pela Associação de Comerciantes e Industriais de Moncorvo (ACIM), e encomendado o projecto de arquitectura ao arquitecto Souto Moura, do qual já foi pago uma parte, e há um investimento no projecto que acaba por ser um bom investimento, porque como todos sabem este arquitecto ganhou o prémio Pritzker 2011, considerado como o “Nobel da arquitectura” e, portanto, se a obra tinha um certo valor por ser ele o projectista, a partir deste momento fica com mais valor, é possível até que americanos nos venham visitar quando a obra esteja feita, sendo que este projecto tem vindo a desenvolver-se através do protocolo que existe entre a Câmara Municipal e a ACIM. -----

-----Este projecto prende-se também com a questão levantada acerca do Presidente da Câmara ter declarado que estava contra a empresa detentora dos direitos de prospecção na zona das Minas de Ferro de Moncorvo. O Presidente da Câmara não está contra. Não está contra a empresa que está a fazer prospecções naquela área, nem está contra nada. -----

-----Na instalação do parque eólico foram consideradas duas hipóteses, a alternativa 1 com 29 aerogeradores e a alternativa 2 com 27 aerogeradores. No processo de consulta pública, cidadãos do concelho de Torre de Moncorvo manifestaram-se favoráveis à implantação do projecto que consideram uma mais-valia ao contribuir, seja para um desenvolvimento mais sustentável da região, seja para a sustentabilidade energética nacional. Das alternativas apresentadas, consideram que é a alternativa 1 a que melhor serve os interesses do concelho, por um lado porque o potencial de produção é mais elevado e portanto mais rentável e, por outro, porque ao tornar mais difícil a progressão de incêndios vindos das encostas sul/sudeste, permite a preservação da Mata do Reboredo, vital para que a Vila de Torre de Moncorvo, seja pelo seu valor afectivo, seja pela sua contribuição para a contenção da erosão dos solos. -----

-----O que acontece é que o parque eólico está neste momento em causa, tendo em conta que a empresa que está a fazer as prospecções (MTI, Ferro de Moncorvo, SA.), apresentou um parecer desfavorável relativamente ao projecto mais vantajoso para a empresa que ganhou o concurso para a instalação do parque eólico e, portanto, o Presidente da Câmara não se



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conforma com o facto do projecto do parque eólico poder cair por terra, dizendo mesmo que os dois projectos só não são compatíveis por “má vontade” da MTI, de não se preocupar com os interesses locais. O período de vida deste sistema é de 20 anos, o ferro é uma exploração a 100 anos, e estamos a falar de uma jazida que nunca foi explorada. -----

-----Em causa está uma fonte de receitas para o Município na ordem dos 3,5 milhões de euros, que poderá beneficiar o concelho e até financiar novos equipamentos, nomeadamente a construção do Centro de Artes e Eventos, que poderá ser custeado pelas contrapartidas das eólicas. -----

-----O grande objectivo do Presidente da Câmara é tentar compatibilizar os dois interesses. Não está fácil, mas ele continua a tentar e já deu provas disso noutros casos, concretamente na construção da barragem do Baixo Sabor. -----

-----A questão do espólio arqueológico. É evidente que houve momentos, não sei se ainda continua, havia cerca de 40 arqueólogos a trabalhar ali no Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, que está a dar emprego a muitas pessoas na área de arqueologia que doutra forma também tem dificuldades no mercado de trabalho. As grandes obras públicas apesar de muita gente entender que são nefastas e que endividam o País, algumas são necessárias e esta é uma delas, que é rentabilizar aquilo que tem que são os recursos e neste caso a água. É evidente que uma obra daquela dimensão provoca sempre impactes negativos, e por isso, é que há estudos que permitem minimizar essas situações, de forma a ter o menor impacte possível sobre o ambiente, as pessoas, etc. Na questão da arqueologia, o Presidente da Autarquia é o representante da Associação de Municípios do Baixo Sabor que integra os quatro Municípios que estão na área de influência da albufeira, e que faz parte da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, comissão essa que reúne regularmente e onde estão também representantes do Ambiente, do Património Arquitectónico e Arqueológico, do Instituto da Água, da Direcção-Geral de Energia e Geologia, etc., e portanto, onde essas questões são tratadas. É evidente que este espólio é resultado da ocupação humana deste Concelho e, é claro, que deve ficar no nosso Concelho, isso nem poderá ser de outra forma. -----

-----O heliporto. Em tempos, o Município mandou elaborar um projecto que está aprovado pelo INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil. Sendo o investimento de trezentos e cinquenta mil euros, tentámos arranjar uma comparticipação através dos Fundos Comunitários. Na altura, a Protecção Civil disse que os helicópteros principais eram os que estavam sedeados em Macedo de Cavaleiros e na Serra da Nogueira, depois têm um ou outro noutros Distritos, portanto, aqueles principais e estes que eles consideram não ser da rede principal de helicópteros. Nós estamos a tentar inverter essa situação e ter um heliporto onde, quer o INEM, quer a parte de combate aos fogos florestais, e outras situações, possam utilizar aquele heliporto durante o período nocturno. Tem sempre uma alternativa que é o Estádio Municipal que já foi utilizado numa visita do Primeiro-Ministro, e agora recentemente por um helicóptero do INEM num acidente que houve aí com 5 jovens. A iluminação, em coordenação com os bombeiros locais, consegue-se controlar a situação, com aquele grande espaço não têm dificuldades de aterrar lá durante a noite, é preciso é coordenar para se acenderem as luzes. De qualquer forma, este projecto do heliporto conforme ele está licenciado, desde que seja comparticipado, a intenção da Câmara Municipal é concluí-lo e pô-lo ao serviço dos munícipes do nosso Concelho. -----

-----A questão das lombas de Maçores. Quando foi posto o novo tapete na estrada que atravessa a povoação de Maçores, existiam lá umas lombas que não cumpriam as regras do Código da Estrada, que foram motivadas porque anteriormente tinha havido um acidente com



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguma gravidade e, portanto, havia a preocupação de ter lá essas lombas. Do Código da Estrada resulta que dentro de uma povoação deve-se circular, se não houver lá outra sinalização em contrário, a 50 kms/hora. Agora são capazes de circular lá a 70/80 kms/hora, não sei, vai da consciência dos condutores, mas este País está cheio de lombas, cheio de passadeiras elevadas, quer dizer, queremos boas estradas mas como não temos consciência, não temos civismo, não temos responsabilidade enquanto condutores, pomos lombas para criar dificuldades, quando devíamos preocupar-nos com a nossa responsabilidade cívica enquanto cidadãos/condutores, estacionar correctamente, atravessar as aldeias correctamente, isso é que é importante. Portanto, há toda aqui uma questão de responsabilidade e civismo que é preciso, senão enchemos as nossas aldeias com lombas, com dificuldades, e o condutor chega a um ponto que também fica saturado com tantas lombas, porquê? Porque essa necessidade? -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia pediu as lombas, foi feito um projecto pelos serviços técnicos da Divisão Técnica de Obras e Serviços Urbanos e foi-lhe enviado esse projecto. Entretanto, ele entendeu em reunião da Junta que além daquelas queria mais uma ou duas, não sei exactamente, estávamos em reunião de Câmara quando veio a resposta que enviámos para a Divisão Técnica para ser reapreciado o assunto, a qual ainda se mantém lá. Não quer dizer que a gente concorde com a solução da Junta, houve um estudo dos serviços técnicos em que aquelas eram suficientes, mas a Junta entende que são precisas mais. Agora, essa opinião é que ainda não foi dada, quando os serviços técnicos responderem vamos fazer chegar-lhe a informação. Se concordarem tudo nem, se não concordarem, mantém-se o que foi aprovado numa reunião de Câmara. -----

-----**A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1, alínea e) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apreciou e tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a recente actividade municipal.** -----

---

### **PONTO DOIS — SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM) DE TORRE DE MONCORVO, NO LUGAR DE ESTEVAIS, FREGUESIA DE ADEGANHA.**

---

-----*Presente o documento referido em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião camarária realizada no dia dezassete de Junho do ano de dois mil e onze.* -----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra e disse: Sr. Vice-Presidente, eu próprio noto aqui uma pequena aparente desconformidade e chamo a atenção para a informação, na página 1, no ponto 3, que diz: A CCDR-N veio emitir parecer desfavorável de acordo com o ofício Doc. 97861:02-06-2011 (anexo). -----

-----E, depois, no fim, diz-se: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, aprovar a proposta do Sr. Presidente e submeter à Assembleia Municipal para tomada de conhecimento e eventual tomada de posição. -----

-----Sr. Vice-Presidente, eu confesso que gostava que fosse dado aqui um esclarecimento suplementar sobre esta matéria. Muito obrigado. -----

-----*O Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo que prestou esclarecimentos sobre este ponto.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** Portanto, há uma situação na freguesia de Adeganha, mais concretamente na povoação de Estevais, que resumidamente será isto. Um



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

casal vindo de Lisboa resolveu investir nuns terrenos para a instalação de uma cunicultura. O projecto teve um primeiro parecer favorável da Câmara Municipal, que depois ao mudar o nome da sociedade o projectista em vez de tratar logo o assunto também demorou, esse técnico do Município entretanto foi-se embora, veio outro que ao analisar o projecto deu um parecer desfavorável. Entretanto, as pessoas como já tinham também financiamento avançaram com alguns trabalhos e, depois, viram-se na situação de não poder fazer a obra porque não havia parecer favorável do Executivo. O assunto mais tarde foi tratado com o Sr. Presidente da Câmara e com outros elementos, e numa reunião ponderaram que pedindo-se a suspensão do PDM seria o caminho mais próximo para viabilizar esse investimento. -----

-----A questão é que tratando-se de um investimento em cunicultura, a Câmara Municipal invocou o interesse municipal e a CCDR-N veio pôr em causa. O Município entende que, quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal, é que são os órgãos soberanos para invocar o interesse municipal dado que é gestão no seu território. -----

-----**Vereador António Moreira:** A Câmara Municipal quando deu parecer favorável queria resolver a questão sem a suspensão do PDM, daí ter entrado em contacto com a CCDR-N à qual dissemos que era uma questão de interesse municipal local, e eles vêm a contestar isso. Na nossa opinião, neste momento, para resolver o assunto é entrarmos com um procedimento de suspensão do PDM, na informação estão todos os passos que têm que ser dados, e esse primeiro passo para a legalização é suspender o PDM para este caso concreto, porque achamos que o interesse local é definido por nós, achamos e diz aí na informação que não há motivo nenhum para nós não considerarmos essa actividade económica que existe no local e que é fundamental para que as pessoas se fixem no Concelho e, portanto, são estes os argumentos básicos que nós damos, solicitando à Assembleia Municipal que vote favoravelmente para podermos avançar com a suspensão do PDM. -----

-----**Vereador Dr. Nuno Gonçalves:** A questão agora aqui é só para explicar algum aspecto jurídico da situação. Todos os PDM's têm necessidade de ter uma percentagem em que é utilizado o uso múltiplo, e o uso múltiplo ali naquela zona em questão permite que seja dado para a cunicultura que é essa a questão. O porquê do parecer da CCDR-N? É porque houve ali uma série de imbróglis em que chegaram ao ponto de nos responder que não era possível a suinicultura. Ora, a cunicultura e a suinicultura não são a mesma coisa, mas aqueles senhores que estão sentados lá num gabinete pensaram que os coelhos e os porcos são a mesma coisa, e daí o imbróglis que veio à reunião de Câmara. Resumindo, o que é que temos aqui? Temos um projecto para a instalação da cunicultura que é aprovado também pela Câmara Municipal, e depois vieram esses senhores a dizer assim: mas é necessário que tenha dois hectares, porque se não tiver dois hectares não é possível estabelecer a cunicultura. Só que, entretanto, já está construída. Já está construída, já está aprovado um projecto de cerca de 300.000,00€, já está tudo. Qual é a situação aqui e o Executivo da Câmara Municipal tentou resolver isso de uma forma muito simples – suspensão parcial do PDM. O que a CCDR-N veio dizer é que não senhora, que não sabia que aquilo era de interesse municipal. Ora, o interesse municipal quem o define é a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, e o que o Presidente da Câmara entendeu e bem, pelo menos no meu ponto de vista, e penso que do Executivo, porque isto foi aprovado por unanimidade, foi trazer à Assembleia Municipal que é o órgão com competência também para deliberar sobre o interesse municipal, e dizemos à CCDR-N, o seguinte: quem diz o que é de interesse municipal para o nosso Concelho somos nós, e não podemos aceitar que eles digam que, como está em vista o novo PDM vir entrar em vigor para Torre de Moncorvo que deveríamos esperar por isso. Nós já fizemos duas ou três suspensões



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do PDM e o que temos agora que fazer é dar uma resposta à CCDR-N, é esta até a intenção que o Presidente da Câmara quando trouxe isto quis fazer, é que o interesse municipal quem o decide ainda somos nós e não nenhum gabinete extra Concelho de Moncorvo, e é isso que vamos votar, se é de interesse municipal ou não. Só isto. Obrigado. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**Orlando Mesquita:** Segundo tenho conhecimento trata-se de um processo que já conheceu avanços e alguns recuos, inclusivamente ou foi arquivado ou esteve em vias de ser arquivado, e que agora volta à ribalta com esta suspensão. Queria aqui focar alguns aspectos que o Dr. Nuno Gonçalves e o Eng.º José Aires já focaram, penso que é de vital importância, vital importância não, mas é de importância definirmos que ainda temos o nosso espaço e que o interesse municipal ainda é e somos nós que podemos, por enquanto, optar ou não, por esse mesmo tipo de solução. A questão aqui também se põe no aspecto da exiguidade do terreno uma vez que não atinge os dois hectares, mas, o parecer da CCDR-N não é vinculativo, portanto, ainda temos, digamos assim, as cartas e os trunfos na mão, olhando ao aspecto da fixação de pessoas que é sempre bem-vinda e olhando ao aspecto do próprio investimento privado e que criará aqui mais uma exploração que é sempre bom, portanto, penso que poderemos decretar o interesse municipal e assim podemos, então, optar pela suspensão do PDM. Não vejo que seja assim tão impeditivo para que haja qualquer outro motivo de destaque para que realmente não se possa proceder a esta suspensão e ficar resolvido este assunto. Obrigado. -----

-----**Guilhermino Soares (Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha):** A minha intenção é, de facto, contribuir para melhor se entender o que se passa aqui, e começo por referir que trata-se de um casal jovem, com uma filha de um ano, que vieram de Lisboa, e vieram com a intenção de se radicarem nas suas terras natal: Estevais, freguesia da Adeganha; e Cardanha, freguesia vizinha. Sendo um casal jovem ponderaram o que é que haviam de fazer, tinham algum dinheiro capitalizado com a venda de um imóvel que possuíam em Lisboa e, projectando um futuro na sua terra perspectivaram candidatar-se a um projecto no âmbito do PRODER. Feito o estudo da situação daquilo que seria viável fazer, como as extensões dos terrenos não são muito grandes, é tudo propriedade muito pequena, aliás, é o problema da nossa zona do Nordeste, as propriedades são de pequenas dimensões, uma coisa que era possível ter nas pequenas dimensões dos terrenos seria uma exploração de cunicultura, e pediu-se à Câmara Municipal a possibilidade da viabilidade da construção de uma coisa dessas. A Câmara Municipal pronunciou-se favoravelmente, e o casal avançou com o projecto para a exploração de uma cunicultura que o PRODER aprovou, e estamos aqui a falar de uma quantia razoável para uma aldeia que carece quer de pessoas, quer de investimento, estamos a falar da fixação dessas pessoas à terra, de 4 postos de trabalho, e de um investimento na ordem dos 250.000,00€ / 300.000,00€. O local onde vai ser instalada não tem problemas nenhuns, aquela área em termos de PDM está considerada de uso múltiplo, e é só pelo facto de ser considerada uma área de uso múltiplo é que se levantou o problema de serem necessários dois hectares para esta construção. Acho que o Executivo da Câmara Municipal andou muito bem ao fundamentar e ao marcar posição no sentido de o que está aqui em jogo são valores de facto importantes e, portanto, penso que a Assembleia Municipal deve corresponder àquilo que o Executivo nos pede, que seja declarado o interesse local e concelhio. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Eu de facto antes destes esclarecimentos tinha muitas dúvidas também sobre este processo, até porque há aqui muita documentação, mas depois deles percebo melhor e estou em melhores condições para o poder votar. De facto, afora, enfim,



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esses equívocos do processo, percebemos através da cartografia inserta na documentação que nos foi remetida, que essa edificação está prevista para um sítio que não oferece, digamos, problemas de impactes negativos nessa área. Além do mais, recorde, que aqui há uns anos atrás, nos foi também aqui submetido um pedido de licenciamento ou de aprovação, de um projecto também de cunicultura para a Cabeça de Mouro, e não tendo eu nada contra aqueles que querem investir no Concelho, recorde que, na altura, chamei a atenção devido à localização na qual a edificação estava prevista. Acabou por se construir e construiu-se em cima da mina de água da Cabeça de Mouro, uma água, enfim, até a própria lenda o diz, muito recomendada e muito interessante, donde nós os povos ali à volta nos socorríamos com muita regularidade, e deixámo-lo fazer, a cunicultura foi construída em cima da mina de água e, portanto, acabou por interferir com a qualidade da água. Portanto, neste caso considerando a localização, pessoalmente, não vejo razões para que se obste a que ela se construa. -----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação este ponto, tendo obtido os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	19	14	33
Abstenções	2	0	2
Votos Contra	0	0	0

(O Deputado da Bancada do PS - Sr. Basílio Mário Lázaro, não participou na votação por se encontrar ausente).

-----**A Assembleia Municipal de acordo com a solicitação da Câmara Municipal, deliberou por maioria, com a abstenção dos Deputados António Alves Salema e Afonso Henrique Alagoa (PS) e com os votos favoráveis dos restantes Deputados do PS e dos Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, aprovar a presente suspensão parcial do Plano Director Municipal (PDM) de Torre de Moncorvo, no Lugar de Estevais, Freguesia de Adeganha, com vista ao reconhecimento do interesse municipal para a criação de um investimento de cunicultura.** -----

-----*Em seguida foi dado o uso da palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, que prestou um esclarecimento.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** O Deputado Carlos d'Abreu fez uma afirmação que não corresponde à verdade. A cunicultura que existe na Cabeça de Mouro não está sobre a mina de água. A mina está a umas dezenas largas de metros a montante dessa cunicultura. O que está ali é um furo. Convém esclarecer para que não haja equívocos. -----

### **PONTO TRÊS — DESAFECTAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3.100 m<sup>2</sup> SITA NO LUGAR DE LAMELAS – CARVALHAL, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO.** -----

-----*Presente o documento referido em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião camarária realizada no dia dezassete de Junho do ano de dois mil e onze.* -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os Srs. Deputados: -----

-----**Manuel José Dinis** (Presidente da Junta de Freguesia de Larinho): É só para lembrar o Executivo que Lamelas, não é Carvalhal. Lamelas, é Larinho. O local aonde se localiza essa



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parcela é denominado por Quinta Queimada. Eu nasci no Larinho, criei-me ali e conheço a denominação das Quintas e dos locais. É só. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Em 1978, se bem me lembro pela documentação, foi cedida ao domínio público municipal uma parcela de terreno nessa zona de Lamelas para a construção de um edifício escolar. Volvidos estes anos todos, o edifício não se construiu, nem esse nem outros. Ora, se não se construiu, porque razão é que agora se pretende transferir para o domínio privado do município essa parcela? Se ela pertence ao domínio público municipal, que se mantenha no domínio público municipal, a menos que outra explicação mais lógica e mais jurídica, sobretudo, aqui me seja dada. -----

-----*Para dar resposta às intervenções anteriores, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, para responder às questões formuladas.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** A questão colocada pelo Sr. Dinis, eu penso que este título que está aqui já resulta da escritura feita em 1978, o Executivo que o fez atribuiu-lhe este título e mantém-se o título por uma questão de coerência, pois sabemos que Lamelas fica umas centenas de metros mais abaixo onde existe uma captação. -----

-----A questão de ser do domínio público ou privado do município, a diferença entre uns e outros reside na possibilidade do Município alienar os bens do domínio privado municipal, o que não acontece com os bens do domínio público. -----

-----Portanto, a parcela de terreno foi cedida gratuitamente ao Município destinada à construção de um equipamento público, neste caso Edifício Escolar, e integra-se automaticamente no domínio público municipal. -----

-----Decorreram 33 anos, sem que qualquer construção aí se erguesse. -----

-----Por imposição legal, nas últimas duas décadas o País tem vindo a assistir ao encerramento de escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico nas nossas freguesias. A realidade alterou-se, o encerramento de pequenas escolas leva à conseqüente concentração de alunos em estabelecimentos de ensino de dimensão maior designados de Centros Escolares. -----

-----Assim, a construção daquele equipamento deixa de fazer sentido actualmente, sendo necessário equacionar novo uso para a parcela de terreno que dignifique a localização e zona envolvente, possibilitando assim a integração da mesma no domínio privado do Município. -----

-----Julgamos conveniente a aprovação da desafecção do domínio público municipal, para domínio privado do Município e subsequentemente com a alteração do loteamento, possa ser definido um uso diferente que permita outras acções de edificação/construção, por exemplo, a associações, para a 3.ª Idade. O Executivo entendeu que isso era normal e aprovou por unanimidade, ficando assim o terreno com outras perspectivas a nível municipal. É só isso. -----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação este ponto, tendo obtido os seguintes resultados: -----

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>22</b>	<b>12</b>	<b>34</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(O Deputado da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Sr. João Carlos Evangelista, não participou na votação por se encontrar ausente).

-----**A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 4, alínea b) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de**



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Janeiro, deliberou por maioria, com a abstenção do Deputado Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, aprovar a desafecção do domínio público do Município para o domínio privado deste, da parcela de terreno com a área de 3.100 m2 sita no Lugar de Lamelas – Carvalhal.* -----

► **Saiu da sala o Sr. Basílio Mário Lázaro** – Presidente da Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos (PS). -----

### PONTO QUATRO — PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM.

 -----

-----*Presente o documento referido em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião camarária realizada no dia quinze de Abril do ano de dois mil e onze.* -----

-----Relativamente a este ponto usou da palavra o Sr. Deputado: -----

-----**Carlos d'Abreu:** Apenas para confirmar se percebi bem. Por força de legislação recente deste último Governo ou do anterior, os parceiros da empresa Resíduos do Nordeste, deixaram de ser as Associações de Municípios e passaram ou têm vindo a passar para, digamos, os Municípios. Por isso, a partir deste momento, com a aprovação desta alteração dos Estatutos, o nosso Concelho deixará de estar representado por uma Associação e passará a estar directamente representado. É isso, passará a ser o Município directamente a pagar as quotas nessa sociedade? -----

-----*Em seguida foi dado o uso da palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, para responder à questão formulada.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** Quanto à questão colocada é o seguinte. Até então a participação do Município de Torre de Moncorvo, a par com os restantes Municípios envolvidos na empresa Resíduos do Nordeste, EIM, enquanto entidade gestora dos resíduos sólidos urbanos (RSU), é efectuada através das respectivas Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana (5 Municípios), da Terra Fria do Nordeste Transmontano (4 Municípios) e do Douro Superior (4 Municípios). -----

-----Através da adesão à presente proposta de alteração dos Estatutos, a participação será feita ao nível municipal assumindo os Municípios uma participação directa na empresa e não através das Associações de Municípios respectivas, o que vem na senda do reiterado nas últimas Assembleias Gerais da Resíduos do Nordeste, EIM, passando, assim, a empresa intermunicipal a Sociedade Anónima, denominando-se por Resíduos do Nordeste, EIM, SA, nos termos do previsto na Lei. -----

-----Considerando que o Município de Torre de Moncorvo detém uma participação indirecta na empresa Resíduos do Nordeste, EIM, não se vislumbra inconveniente na aprovação dos novos Estatutos pelas Assembleias Municipais das Autarquias que integram a empresa Resíduos do Nordeste, EIM, uma vez que da referida alteração estatutária resultarão participações directas dos municípios que participam nas Associações de Municípios, que é o caso do Município de Torre de Moncorvo. -----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação este ponto, tendo obtido os seguintes resultados: -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

<b>VOTAÇÕES</b>	<b>PS</b>	<b>COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Votos a Favor</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>34</b>
<b>Abstenções</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Votos Contra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(A Deputada da Bancada do PS - Altina da Glória Lopes Pinto, não participou na votação por se encontrar ausente).

-----*A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 2, alínea m) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por unanimidade dos membros presentes, aprovar a Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Resíduos do Nordeste, EIM.* -----

**PONTO CINCO — PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A  
CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO E A JUNTA DE FREGUESIA  
DE LOUSA.** -----

-----*Presente o documento referido em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião camarária realizada no dia vinte e nove de Abril do ano de dois mil e onze.* -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os Srs. Deputados: -----

-----**Luísa Ferreira:** Relativamente a este protocolo eu pretendia saber, se possível, onde é que termina exactamente a execução, na prática, da limpeza entre o troço Louisa – Castedo. Obrigado. -----

-----**Carlos d'Abreu:** Quanto a este protocolo contra o qual eu nada tenho, pelo contrário, talvez outros protocolos ajudassem a manter as nossas vias de transporte um pouco mais limpas, mas, eu pergunto, a aquisição das máquinas roçadoras e os acessórios necessários são por conta da Junta de Freguesia? Ou a Câmara Municipal cede essa maquinaria para proceder a esses serviços? -----

-----*Para dar resposta às intervenções anteriores, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, para responder às questões formuladas.* -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** Ao ser celebrado este segundo protocolo para a limpeza das bermas, valetas e taludes das estradas municipais, espero no futuro que haja mais, eu penso que as freguesias têm um termo que divide quer o Castedo, quer a Louisa, portanto, não quer dizer que se possa chegar a um ponto e deixar-se, por exemplo, metade feito, metade por fazer, não há essa exactidão, isso aí foi discutido com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Louisa. -----

-----A questão do equipamento também falámos sobre isso com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Louisa, e o preço calculado por quilómetro está de forma que possa cobrir isso, depende depois do tipo de equipamento. De qualquer maneira há sempre alguma flexibilidade para poder resolver isso com os Snrs. Presidentes de Junta e, portanto, também sabem que da parte do Município não queremos o prejuízo da Junta ou que a Junta faça um maior esforço, até porque é um objectivo comum ter as estradas limpas e, portanto, no caso de haver alguma diferença poder ser acertada noutras matérias, como é o caso das pavimentações. O que interessa é que, quer as Juntas quer a Câmara Municipal se entendam. O Município está aberto para colaborar e, portanto, nesse aspecto esses problemas de equipamento estão ultrapassados. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguiram-se, ainda, as seguintes intervenções: -----

-----**Francisco Varela** (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa): Eu fiz realmente o protocolo com a Câmara Municipal para a limpeza das bermas, mas gostaria de saber se o protocolo feito com a Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos incluía também o pagamento dos utensílios para fazer essas tarefas. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** Quando se fez o cálculo por quilómetro também foram incluídos os utensílios, depende depois do tipo de equipamento se é mais profissionalizado ou não, mas há sempre forma do assunto poder ser ressarcido, é uma questão de acertarmos dentro de algum tempo através dos trabalhos nas calçadas e fazerem-se mais uns metros ou oferecer mais um camião de cubos para as calçadas, portanto, há sempre forma de fazer um acerto. -----

-----**Francisco Varela** (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa): A questão que eu pus foi se em relação ao protocolo feito com a Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos, para além do pagamento ao quilómetro também houve um pagamento para a compra de utensílios. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara:** No caso do protocolo com a Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos, é possível que até tenha previsto e não esteja lá exactamente a dizer que prevê o equipamento, mas no seu caso estou a dizer-lhe que tudo tem solução e, portanto, os dois já tínhamos falado nisso no meu gabinete e disse-lhe assim: Sr. Presidente da Junta, vamos andar com isto e não vamos entrar aqui em pormenores, vai haver reunião de Câmara e da Assembleia Municipal e as coisas têm que andar, temos que ser mais activos e as Juntas também têm que colaborar, senão passamos a vida aqui com coisinhas e mais burocracia, e eu já estou como o antigo Ministro das Finanças que disse, passo a expressão, que se andam a discutir “pentelhos”, e depois foi um escândalo nacional. Mais abertura só a Comunidade Europeia. -----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** disse: Senhor Presidente da Junta, eu julgo que está suficientemente claro que não haverá dificuldade em ultrapassar qualquer dificuldade. -----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação este ponto, tendo obtido os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	20	14	34
Abstenções	1	0	1
Votos Contra	0	0	0

-----**A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 2, alínea s) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com a abstenção da Deputada Luísa Maria Pinto Ferreira (PS) e com os votos favoráveis dos restantes Deputados do PS e dos Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, aprovar o Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e a Junta de Freguesia de Lousa.** -----

-----Seguiu-se o último Ponto da Ordem de Trabalhos: -----

### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----O **Presidente da Mesa**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto. -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----Por último procedeu-se à leitura da **minuta da acta** que foi aprovada **por unanimidade**, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e, pelas **12:00 horas** deu por encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros constituintes da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

\_\_\_\_\_  
(Dr. António Alberto Almada Guerra)

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

\_\_\_\_\_  
(António Alves Salema)

\_\_\_\_\_  
(Beatriz da Luz Souza Fernandes)

*(Acta aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra, na Sessão de 26/09/2011)*